

**“OS SETE DORMENTES”, DE ALEXANDRE HERCULANO:
DO FOLHETIM AO LIVRO**
**“Os sete dormentes”, by Alexandre Herculano:
from the serial to the book**

Eduardo Soczek Mendes¹

RESUMO: Alexandre Herculano (1810-1877), autor português, foi o introdutor do romance histórico em língua portuguesa. Iniciou publicando, entre 1839 e 1844, sobretudo em *O Panorama*, periódico oitocentista, o que seriam as primeiras narrativas históricas e selecionou algumas delas para compor os tomos de *Lendas e narrativas* (1851). Em 1970, o crítico Vitorino Nemésio (1901-1978), quando dirigia as publicações das obras completas de Herculano pela Livraria Bertrand, alterou *Lendas e narrativas*: suprimiu dois textos literários, acrescentou as narrativas que Herculano havia deixado nas páginas de *O Panorama* e, dentre elas, como apêndice, coligiu “*Os sete dormentes*”, justificando tratar-se, também, de uma lenda redigida pelo escritor oitocentista. Este estudo se propõe a analisar o texto de Herculano — “*Os sete dormentes*” — em relação ao estilo literário, mas também em comparação com as outras ficções históricas, para verificar se há motivações e justificativas de acrescentá-lo como apêndice a *Lendas e narrativas*. Para tanto, dialogamos, com as próprias alegações de Alexandre Herculano e de Vitorino Nemésio, mas também com as propostas de João Lourival da Rocha Oliveira e Silva e de Maria de Fátima Marinho.

PALAVRAS-CHAVE: Alexandre Herculano; *O Panorama*; *Lendas e narrativas*; “*Os sete dormentes*”.

ABSTRACT: Alexandre Herculano (1810-1877), a Portuguese author, was the one who introduced the historical novel into the Portuguese language. Between 1839 and 1844, he began publishing what would be the first historical narratives, mainly in *O Panorama*, a nineteenth-century periodical, and selected some of them to compose the volumes of *Lendas e narrativas* (1851). In 1970, the critic Vitorino Nemésio (1901-1978), when he was in charge of publishing Herculano's complete works at Livraria Bertrand, changed *Lendas e narrativas*: he removed two literary texts, added the narratives that Herculano had left in the pages of *O Panorama* and, among them, as an appendix, collected “*Os sete dormentes*”, justifying that it was also a legend written by the nineteenth-century writer. This study aims to analyze Herculano's text — “*Os sete dormentes*” — in relation to its literary style, but also in comparison with other historical fictions, to verify whether there are motivations and justifications for adding it as an appendix to *Lendas e narrativas*. To this end, we dialogue with the claims of Alexandre Herculano and Vitorino Nemésio, but also with the proposals of João Lourival da Rocha Oliveira e Silva and Maria de Fátima Marinho.

KEYWORDS: Alexandre Herculano; *O Panorama*; *Lendas e narrativas*; “*Os sete dormentes*”.

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná e professor da mesma instituição.

INTRODUÇÃO

Alexandre Herculano (1810-1877), escritor português, dirigiu, entre 6 de Maio de 1837 e 13 de Julho de 1843 (SILVA, 2014, p. 150), um importante semanário — *O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo*, — e mesmo quando deixou de coordená-lo, o autor continuou a colaborar com textos de sua lavra para o periódico. Foi em *O Panorama* que Herculano veiculou a primeiras narrativas históricas entre 1837 e 1844. Em outras palavras: eram textos literários mais breves, mas elaborados aos moldes do romance histórico oitocentista, já cultivado por Sir Walter Scott (1771-1832) e Victor Hugo (1802-1885), por exemplo. Também no mesmo semanário, o escritor publicou o romance histórico *O Bobo (1128)*, que não teve cópia autorizada, em tomo, durante a vida de Herculano, e excertos de *O monge de Cister ou a época de D. João I*, posteriormente publicado integralmente em volumes (1848).

Em 1851, Herculano publicou *Lendas e narrativas* em tomos: uma seleta dessas primeiras narrativas — ao todo nove — anteriormente veiculadas em *O Panorama* e em *A Ilustração*.² No entanto, os outros textos não coligidos pelo autor na seleta permaneceram nas páginas do semanário mesmo na segunda edição de *Lendas e narrativas* (1858), de modo que essa configuração original da seleta permaneceu como a primeira edição até a morte do autor. Em 1970, Vitorino Nemésio (1901-1978), num projeto de republicar as obras completas de Herculano pela Livraria Bertrand, alterou a disposição dos textos de *Lendas e narrativas* — excluindo alguns e acrescentando os que não haviam sido coligidos por Herculano.³ De saída, não concordamos com a reorganização proposta por Nemésio, pois ela modifica a ideia original do escritor em selecionar alguns textos previamente publicados como folhetins. Ademais, isso gerou uma confusão nas edições

² Dos nove textos literários, apenas “O alcaide de Santarém (950-961)” não viera a lume, primeiramente, em *O Panorama*, mas em *A Ilustração* e, aparece, na coletânea, por primeiro. Seguem-se os seguintes textos, em *Lendas e narrativas*, conforme a configuração de Alexandre Herculano: “Arras por Foro de Espanha (1371-1372)”; “O Castelo de Faria (1373)”; “A abóbada (1401)”; “A Dama Pé-de-Cabra (Século XI)”; “O bispo negro (1130)”; “A morte do Lidador (1170)”; “O pároco da aldeia (1825)” e “De Jersey a Granville (1831)”.

³ Vitorino Nemésio excluiu, por exemplo, “O pároco da aldeia (1825)” e “De Jersey a Granville (1831)”, afirmando que não participavam do universo das narrativas históricas. Além disso, também acrescentou na coletânea outros textos que Herculano não havia coligido, dentre eles, em apêndice, “*Os sete dormentes*”, que destacamos. Os outros são os seguintes: “São em número de seis as ‘narrativas’ aqui insertas pela primeira vez: “Destruição de Auria (séc. VIII)”, “O Emprazado (1312)”, “O Mestre assassinado (1320)”, “Mestre Gil (séc. XV)”, “Três meses em Calecut (1498)” e “O Cronista — Viver e crer de outro tempo (1535)” (NEMÉSIO, 1970, p. xv). Na verdade, isso não era algo completamente novo, pois, em 1959, em edição pela Saraiva (Brasil) das *Obras* de Herculano, sob a direção de Antônio Soares Amora, esses textos, com exceção de “O emprazado (1312)”, foram coligidos na seção “Narrativas dispersas” (p. 911-82).

seguintes de *Lendas e narrativas*, já que algumas seguem a configuração deixada por Herculano, enquanto outras seguem, sem alertar aos leitores, as alterações de Nemésio.⁴ Entretanto, a bem da verdade, as modificações trouxeram à baila textos antes não conhecidos, ainda que não tenham gerado uma crítica profícua sobre eles.

Por isso, neste estudo, propomos uma análise de “*Os sete dormentes*”, — que veio a lume numa única edição de *O Panorama*, de primeiro de abril de 1843, e fora, depois, coligido em *Lendas e narrativas* por Nemésio, mas não por Herculano. Visamos uma averiguação do texto em estrutura, temática, estilo e linguagem, inclusive em paridade com outros textos literários do autor. Buscamos, igualmente, responder se “*Os sete dormentes*” poderia se enquadrar como narrativa de ficção histórica, aos moldes do romance histórico oitocentista, como a maioria dos outros textos da seleta *Lendas e narrativas*, e se, portanto, há a possibilidade de juntá-lo às publicações folhetinescas de Herculano que debatem sobre as origens de Portugal ou mesmo sobre momentos-chave da história lusitana.

Para tanto, o nosso trabalho será dividido da seguinte maneira: iniciaremos, primeiro, por uma explanação breve sobre *O Panorama* no contexto português e europeu do século XIX. Trataremos, brevemente, das características do romance histórico oitocentista e das peculiaridades desse gênero sob a pena de Herculano, bem como das alterações realizadas por Nemésio em *Lendas e narrativas*. Por fim, analisaremos “*Os sete dormentes*” em relação à temática, à estrutura, à linguagem e ao estilo empregados pelo escritor. As reproduções de *O Panorama*, ao longo deste estudo, devem auxiliar na ilustração do que averiguamos.

Para levar a termo a nossa intenção, dialogaremos, sobretudo, com os trabalhos de Amadeu Carvalho Homem (2001), João Lourival da Rocha Oliveira e Silva (2014), Maria de Fátima Marinho (1999), dentre outros autores.

O PANORAMA: JORNAL LITERÁRIO E INSTRUTIVO

Partamos do nome do próprio semanário para discutir o que ele significava no contexto do século XIX. O escopo panorâmico do jornal evoluía uma série de assuntos — curiosidades, opiniões, Arquitetura, História, Ciências Biológicas, Filosofia, Economia e Literatura, dentre outras temáticas — em publicações que ocorriam sempre aos sábados, com o intuito

⁴ A edição de *Lendas e narrativas* publicada pela Editora Leya (2010) é um desses casos: não há o prefácio elucidativo de Vitorino Nemésio, mas a configuração da obra é a que fora alterada pelo crítico e não a composição deixada por Alexandre Herculano. Não há, portanto, o prévio aviso ao leitor das modificações realizadas.

de instruir, sobretudo, a população minimamente alfabetizada, — normalmente, a pequena burguesia, como os pequenos comerciantes ou pequenos proprietários, — que se queria ilustrada. João Lourival da Rocha Oliveira e Silva (2014), que estudou a fundo *O Panorama*, descreve: “[...] um discurso enciclopédico, que explorou um vasto número de temas”⁵ (p. 251, grifos nossos). Ou seja: o periódico estava na esteira do enciclopedismo iluminista — o qual visava reunir e popularizar verbetes sobre os mais diferentes assuntos em compêndios, no ideal de que uma sociedade racionalista e esclarecida seria o melhor investimento. Ainda: “O intuito do *Panorama*, desde o início, foi, portanto, segundo apregoava, o de contribuir para a propagação da cultura através da oferta periódica de matérias de índole cultural que valessem a pena ler” (SILVA, 2014, p. 168).

FIGURA 1: página inicial de *O Panorama* — numerado (66) e paginado (p. 97), para a organização, mas mantendo a configuração de semanário — edição de primeiro de abril de 1843 — na qual foi veiculada “*Os sete dormentes*”



⁵ Atualizamos, em nossas transcrições, a grafia, conforme o Acordo Ortográfico vigente (1990). Em obras publicadas em Portugal, mantivemos a grafia do português europeu.

Atentemos também que *O Panorama* foi “lançado pela Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis” (SILVA, 2014, p. 101) nesse mesmo projeto liberal da promoção da liberdade pelo enciclopedismo generalista. Contudo, observemos o adjetivo empregado após o termo “conhecimentos”, que compõe o nome da Sociedade: “úteis”. Como bem propõe Franco Moretti, na sociedade burguesa “[...] nenhum objeto é um fim em si mesmo — no reino do útil, *nada* é um fim em si mesmo —, mas sempre e apenas *um meio para se fazer alguma outra coisa*. Um utensílio.” (MORETTI, 2014, p. 44, grifos do autor). Em outras palavras: fazia-se questão de deixar claro que os conhecimentos propagados por aquela Sociedade, por meio de *O Panorama*, tinham funções práticas: “[...] não mais um fim em si mesmo, o conhecimento é energicamente dirigido pelo adjetivo para uma função predeterminada e para um horizonte circunscrito. Conhecimento útil, ou conhecimento sem liberdade.” (MORETTI, 2014, p. 143). Isto é: os conhecimentos não deixavam de ser um braço revolucionário, no campo das ideias e das letras, e, sobretudo, antirreacionário — visto que também existiam periódicos a defender o *Ancien Régime*, derrotado, oficialmente, em Portugal, após longuíssimas querelas, em 1834. Portanto, muito assertivamente afirma Silva (2014, p. 161) que *O Panorama* foi a materialização discursiva de um ideal, numa sociedade que vira o ocaso do Absolutismo e de suas instituições e a consolidação do Regime Liberal, pois “o anacronismo das estruturas econômicas e sociais e a literal inexistência em Portugal de relações capitalistas de produção, distribuição e consumo obrigavam a profundas modificações jurídicas, a fim de que se pudessem pulverizar as peias que tipificavam o Antigo Regime.” (HOMEM, 2001, p. 344). O que Amadeu Carvalho Homem evidencia é que havia a necessidade de instrução com a finalidade — útil — de modificações da mentalidade e das legislações práticas, muitas vezes impregnadas pelo que o autor designa como “anacronismo” do Absolutismo.

A imprensa, portanto, tinha um papel fundamental nessa formação cultural. Ademais, o semanário dirigido por Herculano, por exemplo, “[...] não surgiu nem por acaso nem sem modelos. O primeiro modelo d’*O Panorama* foi, certamente, o periodismo cultural enciclopédico que, correspondendo aos ideais da ilustração e do enciclopedismo se propagou na Europa e, também, em Portugal no século XVIII” (SILVA, 2014, p. 88-89). Silva (2014, p. 89) faz um inventário, a título de ilustração, das dezenas de jornais de cariz semelhante que circulavam, nos séculos XVIII e XIX, em

França e em Portugal. Já uma nota de tradutor, na obra de Franco Moretti, menciona a *Society for the Diffusion of Useful Knowledge*:⁶ “[...] organização inglesa fundada em 1826 com a finalidade de publicar materiais científicos e similares a preços acessíveis e com textos adaptados a autodidatas ou ao público impossibilitado de obter ensino formal” (MORALES, 2014, p. 143). Vejamos, pois, que a ideia é semelhante à lusitana Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, responsável pelas edições de *O Panorama*: “Apesar de ser uma sociedade filantrópica, [...] constituía-se como empresa. [...] / não era uma mera associação cívica, mas sim uma empresa por acções” (SILVA, 2014, p. 139). Ademais, ambas as associações acrescentam o adjetivo “útil” após a menção ao termo “conhecimento”, no ideário já aludido anteriormente.

Outras peculiaridades chamam a atenção ao trabalharmos com o semanário português:

O Panorama [...] apresentava-se a público com um *design* que afastava o periódico dos livros (ainda que tivesse sido preparado, a partir de 11 de Janeiro de 1840, para facilitar a colecção e encadernação de cada número, como se de fascículos se tratasse, em volumes anuais) e o editor era uma empresa por acções, cuja administração contratou um redactor responsável — Alexandre Herculano. (SILVA, 2014, p. 92-3)

O que Silva evidencia é a diferença, já na materialidade, de *O Panorama* em comparação a um livro: obviamente, um periódico circularia com maior facilidade, pois seria economicamente mais acessível e poderia passar, mais tranquilamente, de mão em mão, enquanto muitos livros ficavam trancados em bibliotecas. Também havia a questão da periodicidade frequente de suas edições, sempre com assuntos novos e a sequência de narrativas de ficção ou de outros textos históricos, por exemplo, dados em seções e, além disso, as ilustrações, que eram mais comuns em periódicos e que, de algum modo, suscitarium até mesmo a curiosidade de um público que não soubesse ler. Apesar disso, os diretores do semanário também buscaram formas para facilitar o seu armazenamento, com séries numeradas e encadernações.

⁶ Sociedade para a Difusão de Conhecimento Útil (tradução nossa).

FIGURA 2: Um dos assuntos da edição de *O Panorama* de primeiro de abril de 1843 é a cultura indiana dos “fascinadores de víboras” ou, popularmente, os encantadores de serpentes. Observemos como acompanhava o texto uma imagem de dois desses homens em meio a grandes serpentes peçonhentas. Também o que se considerava “excêntrico” para a Europa, muito ao gosto oitocentista, estava presente entre as temáticas curiosas trazidas pelo semanário.



Para que tantos assuntos fossem abordados, eram necessárias, obviamente, diferentes colaborações para *O Panorama*:

Obra filantrópica — mas também palco para a exibição pública de conhecimentos e para influenciar a governação, desde o começo que *O Panorama* estruturou uma rede de correspondentes por todo o território nacional e ilhas adjacentes e noutros países (Brasil, Espanha, França, Inglaterra e Bélgica), tecida em torno de homens com médio ou alto poder aquisitivo (sobretudo burgueses), simultaneamente interessada no conhecimento e em sobressair no espaço público. (SILVA, 2014, p. 140)

Portanto, as edições do periódico, além de fazerem parte de um projeto contextual maior — o enciclopedismo — também contaram com essa penetração no estrangeiro, tanto na colaboração de correspondentes quanto para na formação de público leitor que extrapolava as fronteiras de Portugal. Como bem ressalta Silva, buscou-se manter uma série de colaboradores em todo o país, mas também nas ilhas. Só no Brasil, a título de ilustração, havia colaboradores na Bahia, no Maranhão, no Pará, em Pernambuco e no Rio de Janeiro (SILVA, 2014, p. 158). Recordemos, pois, que “a imprensa foi, possivelmente, o principal instrumento que permitia às elites letradas portuguesas contactar com as novas ideias que circulavam na Europa” (SILVA, 2014, p. 324) e, podemos afirmar, com o que também acontecia para além do continente europeu. Nesse sentido, estamos, obviamente, tratando de política, de revoluções, de arte, de ideários religiosos, de economia e de literatura, que, grosso modo, estiveram entre os principais assuntos na “ordem do dia” do século XIX.

Em suma, *O Panorama* auxiliaria nesse “[...] projeto de intervenção cívica e cultural desenhado por uma elite cultural e económica, que o assumiu em nome do progresso do país e do povo” (SILVA, 2014, p. 251). Podemos, hoje, questionar se isso não seria um plano elitista e mesmo se, necessariamente, uma sociedade mais letrada é o sinónimo de uma sociedade justa. Contudo, no ideário oitocentista, legatário do Iluminismo, essa fora uma pujante crença, que se materializou em *O Panorama*. Ademais, ninguém pode negar a importância do semanário nas discussões políticas e intelectuais de então — as quais visavam intervenções práticas, mas também a formação cívica e intelectual:

[...] se teve uma faceta política e socialmente interventiva, animada por convicções e valores em que se misturaram o catolicismo, o liberalismo e o romantismo, teve outra eminentemente cívica, conectada com os ideais da ilustração e reforçada pela necessidade de facultar aos “novos” *cidadãos* emancipados pelo liberalismo os conhecimentos básicos necessários à sua intervenção no espaço público e nos processos decisórios. Por isso, *O Panorama* assumiu um discurso enciclopédico, que explorou um vasto número de temas. (SILVA, 2014, p. 251, grifos do autor)

Como bem se afirma, num ideário liberal, o semanário buscava auxiliar na emancipação dos cidadãos pelos “conhecimentos úteis”, pois, dessa forma, poderiam participar nos pleitos e ter a fundamentação de suas resoluções políticas. De igual forma, *O Panorama* refletia sobre os assuntos

candentes do momento: o Catolicismo, por exemplo, de suma importância em Portugal e que fora muito discutido ao longo do século XIX, — desde a anticlerical extinção dos Conventos e Mosteiros, em 1834, até a questão do dogma da Infalibilidade Papal (1870), — mas também o Liberalismo, recém-implementado no reino, e as permanências de costumes e ranços do *Ancien Régime*. Isso poderia se fazer, a título de ilustração, por meio de algumas matérias, de revistações e estudos historiográficos sob o ponto de vista oitocentista e, obviamente, por meio da ficção literária: Herculano introduziu o romance histórico em língua portuguesa, em folhetins, quando ele era amplamente cultivado em outros países europeus. Mais: deu ao romance histórico a “cor local”, pois era necessário recontar e popularizar o passado português, num presente muito incerto e, além disso, o fez primeiro nas páginas de um semanário, a fim de ser ainda mais acessível:

Se Herculano se descobre e inventa romancista pseudomedievalizante e historiador, não é por amor do passado enquanto tal, por mais glorioso, mas como prospector do tempo perdido de Portugal, cuja decifração lhe é vital para se situar como homem, cidadão e militante num presente enevoadado e oscilante. Só assim julga possível modelar o perfil futuro da incerta forma histórica em que se converteu a sua pátria. (LOURENÇO, 2016, p. 101)

Como bem descreve Eduardo Lourenço, não é por um gosto passadista ou por um ideal reacionário — de afirmar que tudo no passado seria virtuoso, perante um presente decadente — que Herculano buscou recriar o passado pátrio na ficção. Na realidade, como tantos outros romancistas estrangeiros, foi uma maneira agradável de ensinar a História e de instruir, conforme o projeto que já abordamos sobre *O Panorama*. Ademais, como já dissemos, Herculano, primeiramente, publica os seus experimentos de romance ou narrativa histórica em folhetins: poderia ser um teste, mas também poderia estar em consonância com o ideário enciclopédico da instrução pela produção literária.

Lourenço também trata da necessidade do escritor se situar como um militante num presente muito incerto, após tantas crises em Portugal: era preciso dialogar com o que se produzia em outras nações de Europa, mas sem perder de vista as próprias particularidades nacionais a serem ensinadas. Tanto é assim, que Herculano sempre aborda, em suas narrativas, momentos chave da História de Portugal: crises, superações, batalhas, origens, declínios, querelas partidárias, traições, ambições humanas, liturgias católicas, festas populares. Talvez por isso Lourenço designa Herculano como um escritor “pseudomedievalizante”, pois, como afirma Maria de Fátima Marinho, “[...]”

apesar das atestações contínuas de veracidade, Herculano tinha consciência da sua impossibilidade, desculpando-se, de forma elegante e convincente, de pequenas incongruências ou faltas de rigor.” (MARINHO, 2013, p. 166). Em suma: estava ciente que as suas revisitações e ficcionalizações do passado medieval não eram isentas, porque também aconteciam num contexto histórico. Porém, era necessário regressar ao passado, através da produção literária, visto que havia muitas incertezas no presente. A dúvida é se, de fato, “*Os sete dormentes*” compõe com esse tipo de narrativa histórica:

A publicação de contos históricos ia, consequentemente, das preocupações com um dos públicos-alvo d’*O Panorama*, já que, conforme Alexandre Herculano, existia um segmento que desejava instruir-se mas de forma leve e até risonha [...]. *O Panorama* foi, assim, o veículo usado pelo próprio Herculano, introdutor da ficção histórica em Portugal, para publicar, entre 1837 e 1844, os seus contos: “A Abóbada”, “O Cronista”, “Arras por Foro de Espanha”, *O Bobo*, “A Dama do [sic] Pé-de-Cabra”, “A Pedra de Arzila”, *O Monge de Cister* e outros. (SILVA, 2014, p. 333)

Casaram-se, portanto, o gênero do romance histórico oitocentista, — o qual, na visão de Herculano, poderia ensinar mais História do que os estudos científicos, — e ideário do periódico “instrutivo e literário”, com narrativas folhetinescas, das quais algumas, posteriormente, foram reunidas em tomos. Vale mencionar, ainda, dada a importância de *O Panorama* e a sua penetração entre as classes, como o semanário passou a ser mencionado, em diferentes textos literários. Ou seja, o periódico mesmo, antes suporte para a ficção, passa a compor os textos de ficção. A título de ilustração, em *O Santo da Montanha* (1866), de Camilo Castelo Branco (1825-1890), há menções a textos veiculados em *O Panorama* em notas de pé de página: seriam como que comprovações científicas e históricas do que se narrava no romance camiliano. Eça de Queirós (1845-1900) também o faz aparecer nas páginas de *O crime do Padre Amaro* (1880) e, sobretudo, no memorável *A ilustre Casa de Ramires* (1900). Nos dois últimos casos, o semanário já estava extinto, contudo demonstra-se uma sobrevida de sua relevância e de seu imaginário na sociedade portuguesa.

Passemos, pois, agora, a uma rápida apresentação de *Lendas e narrativas*, conforme fora deixada por Herculano, e as modificações, supressões e acréscimos de Nemésio.

Quando Herculano selecionou alguns dos textos literários publicados em periódicos e os coligiu sob o título *Lendas e narrativas*, justificou que eram as primeiras tentativas do romance histórico em língua portuguesa e os marcos miliários para os trabalhos vindouros. Por isso, acreditava que não deveriam se perder em páginas mais efêmeras que os livros. Ao morrer, deixou *Lendas e narrativas* com os mesmos nove textos da primeira edição, mesmo tendo reeditado a coletânea em 1858.

Em 1970, já com uma distância de mais de cem anos da primeira edição de *Lendas e narrativas*, Vitorino Nemésio alterou a seleta de Herculano “[...] à luz dos critérios de hoje” (NEMÉSIO, 1970, p. xviii), justificando que era “[...] forçoso intervir na ordem” (NEMÉSIO, 1970, p. viii) dos textos:

A nova ordem das *Lendas e narrativas* adoptadas nesta edição — primeira das *Obras Completas de Alexandre Herculano* — deve-se ao propósito de integrar a produção literária do autor, tanto quanto possível, nos seus quadros estruturais e cronológicos, incorporando ao que ele editou em volume o que deixou disperso em periódicos, já que os manuscritos são desconhecidos do investigador. (NEMÉSIO, 1970, p. vii)

A ideia-proveta de Nemésio é a de integrar à seleta de Herculano as produções literárias que não foram incluídas pelo próprio escritor, mas que permaneceram nas páginas de *O Panorama*. Dessa forma, o crítico trouxe à baila um tanto de produções praticamente esquecidas e inéditas, porque “[...] o editor crítico de hoje é levado a alterar, segundo a perspectiva da celebridade e alto magistério de um escritor que solicita *Obras Completas*, de textos objetivamente apurados e estabelecidos” (NEMÉSIO, 1970, p. vii). Em suma: Nemésio se vale da reedição das obras completas de Herculano para publicar os textos deixados no periódico e advoga, dessa forma, pela sua intervenção em *Lendas e narrativas*. A nosso juízo, isso não se fundamenta *per se*, já que outros tantos textos de Herculano — não literários, por exemplo — nunca deixaram as páginas do semanário para serem incorporados aos tomos, em nítida alteração da configuração da obra, conforme fora pensada e deixada pelo escritor. Por outro lado, há um valor nas intenções de Nemésio: ele deu a conhecer as produções literárias não exploradas de Herculano. No entanto, poderiam ter sido anexadas de outra maneira (em apêndice, por exemplo), com alertas aos leitores.

Contudo, as intenções de Nemésio são justificadas da seguinte

forma, em prefácio:

[...] o autor [Alexandre Herculano] considerava o título global dos seus “breves romances e narrativas” como rubrica da série em aberto — “coleção que, se trabalhos mais árduos o consentirem”, diz ele na *Advertência* da primeira edição, “será continuada com alguns outros, apenas esboçados ou inéditos, no todo ou em parte, que ainda restam entre os manuscritos do autor”. (NEMÉSIO, 1970, p. viii)

Nemésio respalda, portanto, as suas opções na advertência que Herculano redigiu para acompanhar a primeira edição de *Lendas e narrativas* e, para tanto, transcreve *ipsis litteris* parte desse texto do autor. Para Nemésio, a coletânea seria uma obra que previa futuras alterações (inclusive de terceiros, na concepção do crítico), já que o escritor cogitou continuá-la em outras edições, talvez acrescentando textos que seriam corrigidos ainda: “Corrigindo-os e publicando-os de novo [os textos], para se ajuntarem a composições mais extensas e menos imperfeitas que já viram a luz pública em volumes separados” (HERCULANO, 19--., p. v). No entanto, as alegações de Nemésio não se sustentam nessa argumentação: *Lendas e narrativas* é uma seleta de textos, organizada por Herculano em vida. Não é, portanto, algo para reconfigurações dadas por terceiros. Aliás, o próprio crítico repisa que Herculano não realizou nenhuma modificação na configuração e na ordem dos textos que coligiu na obra:

Ainda que este modo de dizer pareça excluir os “pequenos romances” ou “esboços” publicados no *Panorama* e não integrados nos dois volumes de *Lendas e narrativas* em 1851, nem nas reedições contemporâneas do autor, até 1877, é evidente que só um estreitíssimo critério, de literalidade formal, como que testamentária, poderá contestar a legitimidade crítica e historiográfica da recuperação desses trechos. (NEMÉSIO, 1970, p. viii)

A questão, entretanto, não é de “purismo formal” ou de “estreitíssimo critério testamentário”, como argumenta Nemésio: a contrariedade se dá porque o crítico tenta estribar as suas opções nas justificativas do próprio Herculano, porém as elucubrações do autor não fornecem a Nemésio essa autorização almejada. Ademais, o crítico realizou supressões de textos e assim argumentou sobre elas:

A remodelação ordinal a que procedemos nas *Lendas e*

narrativas deriva, em primeiro lugar, da supressão de “De Jersey a Granville”, que há anos (1934) passamos às *Cenas de um ano da minha vida* — livro planeado por Herculano como retrospectiva do exílio e da guerra civil, mas apenas realizado a trechos, e que reconstituímos com apoio nas fontes que citamos no prefácio do volume díptico *Cenas de um ano da minha vida* e *Apontamentos de viagem*, para o qual remetemos o leitor quanto às suas razões respetivas.

Tivemos de suprimir também *O Pároco de* [sic] *Aldeia*, pequeno romance rústico, que nada tem de histórico, e que agrupa naturalmente, em género literário e tipologia social, com *O Galego (Vida, ditos e feitos de Lázaro Tomé)*, que ficou incompleto mas suficientemente extenso para fazer sentido, tratando-se, de mais a mais, de um retrato ou “pintura” de carácter, em estilo picaresco. Com ambos formamos um volume à parte, destacando assim da novelística histórica de Herculano. (NEMÉSIO, 1970, p. ix)

Não é a centralidade deste estudo a questão da supressão de “De Jersey a Granville (1831)” e de “O pároco da aldeia (1825)”, porém, faz-se necessário mencioná-la: Nemésio declara que os dois textos literários destoam das outras ficções coligidas em *Lendas e narrativas*, porque não possuem o carácter histórico — o que, de fato, é anunciado pelo escritor, ao referir que aquelas seriam as primeiras tentativas de romance histórico em nosso vernáculo. Todavia, o autor nunca retirou essas duas composições de *Lendas e narrativas* e não as enxergava como destoantes, porque também elas discutem, cada uma a seu modo, as realidades do século XIX em Portugal: as narrativas históricas fizeram isso contemplando o passado pátrio, enquanto que “O pároco da aldeia (1825)” e “De Jersey a Granville (1831)”, ambientadas no período oitocentista, também tematizam questões candentes para a sociedade contemporânea. Em outras palavras: de um modo geral, a coletânea abordou, em sua economia interna de produções, a cultura, a religiosidade, a História e diversos outros olhares sobre Portugal, de modo que as duas narrativas, erroneamente suprimidas por Nemésio, dialogam plenamente com as outras de fundo histórico.

Entretanto, o crítico relata que o escritor pensou em elaborar o tal *Cenas de um ano da minha vida*, no qual “De Jersey a Granville (1831)” deveria se fazer presente. De fato, Nemésio revisitou outros textos divulgados pelo autor em *O Panorama* ou deixados em anotações pessoais e os coligiu sob esse título, mas isso se deu postumamente, somente em 1934.

O caso de “*Os sete dormentes*”, entretanto, em *Lendas e narrativas*, é excepcional, pois é um dos acréscimos que Nemésio faz à coletânea de

Herculano, porém como “*Apêndice*, a título de documentação, uma breve lenda” (NEMÉSIO, 1970, p. xv-xvi), sem maiores justificativas dos motivos para o texto ser coligido em apêndice nas modificações da seleta. Passemos, por fim, às averiguações do referido texto e do lugar que ocupa na seleta modificada por Nemésio.

“*OS SETE DORMENTES*”: UMA FICÇÃO HISTÓRICA,
UMA LEGENDA HAGIOGRÁFICA OU UM TEXTO JORNALÍSTICO?

Como vimos, “*Os sete dormentes*” não figurava em *Lendas e narrativas*, sob o projeto de Herculano, mas foi acrescentada por Nemésio, provavelmente porque trata de uma antiquíssima lenda miraculosa sobre sete homens cristãos perseguidos em Éfeso (atual Turquia). O texto de Herculano conta com apenas três parágrafos, em duas páginas do periódico (poderia estar em apenas uma, mas assim ficou na disposição gráfica de *O Panorama*) e assim principia:

Há um grande número de frases e expressões vulgares, em que se faz alusão aos sete dormentes; e há também um grande número de pessoas que ignoram a história destas célebres personagens, e por consequência o valor exato da frase de que se servem, o que nós aqui poremos em breves palavras. Entre as lendas fabulosas de que estão cheias as antigas crônicas eclesiásticas, martiriológicos, e santorais, uma das mais notáveis é a dos sete dormentes, os quais *acordaram* no tempo do imperador Teodósio, o moço, e da invasão dos vândalos na África. Quando se levantou a perseguição feita aos cristãos pelo imperador Décio, sete mancebos nobres, naturais de Éfeso, esconderam-se dos tiranos numa espaçosa caverna aberta em certa montanha próxima daquela cidade. Soube disto Décio e ordenou que entulhassem a entrada da gruta com grandes pedras. Apenas, porém, esta ordem cruel se executou os sete mancebos caíram em sono profundo, que se prolongou milagrosamente, sem lhes consumir as vidas, por um período de 187 anos.⁷ (HERCULANO, 1843, p. 102-3, grifo do autor)

O texto se inicia com uma justificativa sobre o motivo de tematizar a legenda dos sete adormecidos de Éfeso: possivelmente, porque a narrativa

⁷ Utilizamos, em nossas transcrições e análises, o texto de “*Os sete dormentes*” publicado em *O Panorama*, por ser a última versão conhecida deixada em vida por Alexandre Herculano.

estaria nas origens de alguns ditos populares ou adágios, utilizados pela população que, ainda assim, desconhecia o relato. Entretanto, em poucas palavras, a voz narrativa dá muitas informações históricas e referenciais: afirma, por exemplo, que a história estava presente em muitos volumes de crônicas eclesiais e em livros sobre as vidas dos santos, como os santorais e os martiriológicos: esses textos, muitas vezes destinados ao culto, eram lidos nos respectivos dias festivos dos santos e resguardavam as memórias desses homens e dessas mulheres, bem como a narrativa de seus feitos, milagres e da forma como suportaram, muitas vezes, o martírio em épocas de perseguição. O texto de Herculano não menciona, mas um dos mais conhecidos relatos sobre os adormecidos de Éfeso está na *Legenda Áurea*, do bispo de Gênova, antes frade dominicano, Jacopo de Varazze (1226-1298), que redigiu tais textos, originalmente em latim, para “[...] fornecer aos seus colegas de hábito, os dominicanos ou frades pregadores, material para a elaboração de seus sermões.” (FRANCO JR., 2003, p. 12).

Entretanto, como bem discorre Hilário Franco Júnior, Jacopo de Varazze não fora o primeiro nem o único a realizar tais relatos hagiográficos, dentre os quais figura também a história dos sete adormecidos de Éfeso: “Esse material era recolhido ao mesmo tempo em fontes eruditas, em textos apócrifos, nas tradições orais e ainda, menos frequentemente, na experiência pessoal do autor” (FRANCO JR., 2003, p. 14). Segundo o tradutor, “*Legenda* não existe no latim clássico, sendo criação da liturgia medieval, que no século IX transformou o adjetivo verbal de *legere* um substantivo que indicasse a narrativa hagiográfica lida na festa de cada santo.” (FRANCO JR., 2003, p. 12, grifos do autor). Ou seja: o texto de Herculano estava correto ao afirmar a tradição longeva de “*Os sete dormentes*”, da qual, possivelmente, se perdia a fonte original. Por isso, afirma-se, genericamente, a presença do relato em crônicas antigas, santorais e em martiriológicos. Atenemos também para as circunscrições históricas: os sete mancebos são acossados durante a violenta perseguição do imperador Décio (201-251); adormentam-se, mas só despertam sob o governo de Teodósio II (401-450), após 187 anos, segundo o relato de Herculano.

Atenemos, todavia, para algumas questões de estilo em “*Os sete dormentes*”: a narrativa publicada em *O Panorama* é, realmente, breve, mas isso não é tudo o que devemos observar: “O Emprazado (1312)” e “O Castelo de Faria (1373)” — este último coligido por Herculano em *Lendas e narrativas* — também são curtos. Contudo, há neles uma elaboração ficcional, com falas em discurso direto e a elaboração dos relatos por meio de narradores. Não é isso que ocorre em “*Os sete dormentes*”: a lenda é recuperada, segundo a perspectiva da voz narrativa, para que se conheça a origem de alguns ditos. No entanto, esse texto de Herculano possui uma linguagem que se aproxima bastante da formalidade jornalística: grosso

modo, com muita objetividade, informações de circunscrição (temporal e local) e uma tentativa de relato sem criatividade ficcional.

Por exemplo: o narrador de “*Os sete dormentes*” não se vale das lendas prévias como um atualizador, — o que era muito comum no romance histórico, — ou seja: como se a instância narrativa tivesse acesso a algum manuscrito e relegasse a ele a origem de tudo o que narra. Na realidade, em “*Os sete dormentes*”, são mencionadas *en passant* a variedade das fontes, mas em nenhum momento elas se tornam o objeto para a ficcionalização da história. Depois: o relato é enxuto, sem grandes descrições ou outras demoras:

Passado todo este tempo, os escravos de um certo Adócio, que herdara o domínio daquela montanha, precisaram de remover as pedras que tapavam a boca da gruta para construírem vários edifícios rurais. A luz do sol penetrou na caverna e os sete dormentes acordaram. Como, depois de haverem dormido por algumas horas, a fome os apertava, resolveram que um deles chamado Jâmblico voltasse disfarçado à cidade de modo que não fosse conhecido dos esbirros de Décio, e comprasse pão para os outros. O mancebo [...] ao sair da caverna mal pode conhecer o aspeto do seu país natal, que tão familiar lhe era; e mais espantado ficou vendo ao entrar em Éfeso uma cruz triunfante erguida sobre a porta principal da cidade. (HERCULANO, 1843, p. 103)

Frisamos: o relato conciso de Herculano destoa das outras suas narrativas, — que são uma profusão de diálogos em discurso direto das personagens e de descrições de ambientes ou de indumentárias, por exemplo. Em “*Os sete dormentes*”, o que há é a descrição narrativa dos fatos que compõem a lenda dos adormecidos de Éfeso. Ademais, se compararmos com o relato de Jacopo de Varazze, por ser um dos mais populares de lendas hagiográficas (FRANCO JR., 2003, p. 21), notaremos como o texto de Herculano não traz um tanto de informações, que estão presentes na redação do bispo de Gênova: narra-se que Décio “[...] mandou edificar templos no centro da cidade para que neles todos oferecessem sacrifícios aos ídolos. Ordenou também que se prendessem todos os cristãos e os forçassem a sacrificar, ou seriam mortos” (VARAZZE, 2003, p. 576). Os sete mancebos, então, venderam os seus bens, segundo o relato do bispo, e doaram tudo, em caridade, aos pobres. Em “*Os sete dormentes*”, contudo, menciona-se apenas a antiga perseguição aos cristãos, por Décio, mas não se menciona em que ela consistia. Tampouco, relata-se, no texto de Herculano, a caridade dos jovens. Depois, o texto de Jacopo de Varazze, menciona nominalmente os mancebos,

o que, como vimos, não ocorre no texto publicado em *O Panorama*: “Encontravam-se naquele momento na cidade sete cristãos — Maximiano, Malco, Marciano, Dioniso, João, Serapião e Constantino” (VARAZZE, 2003, p. 576). Em “*Os sete dormentes*”, todavia, apenas um dos mancebos é nomeado — Jâmblico, o que é eleito para comprar pão na cidade, — e o nome não consta, dessa forma, no relato medieval do bispo de Gênova — no texto de Jacopo de Varazze, é Malco que vai comprar o alimento e “[...] à porta da cidade ficou muito admirado ao ver sobre ela o signo da cruz. Em outra porta aconteceu o mesmo, e assim em todas as portas, ficando muito admirado por encontrar a cidade tão transformada” (VARAZZE, 2003, p. 577). Vejamos: em ambos os textos o estranhamento da personagem se dá ao ver a cruz — antes perseguida, ora triunfante.

Não estamos afirmando que Herculano deveria seguir o texto de Jacopo de Varazze para a elaboração de seu “*Os sete dormentes*”. Estamos, no entanto, demonstrando como a produção oitocentista é muito mais enxuta em seu relato, sem grandes reelaborações ficcionais e se aproximando de uma narrativa mais informativa, que retoma uma lenda, do que uma reelaboração estética e ficcional, o que Herculano fizera em outros textos, como “*A Dama Pé-de-Cabra (Século XI)*”, por exemplo, no qual retoma os medievais *Livros de Linhagem*, porém refaz, ficcionalmente, a lenda da bela mulher de pés bifurcados (MENDES, 2020).

Pensemos, ainda, a motivação para o despertar dos sete mancebos: enquanto no texto de Herculano, apenas o sol penetra na caverna, os jovens acordam; Jacopo de Varazze menciona que há uma motivação também de fé para o despertar:

Morto Décio e toda aquela geração, 372 anos depois, no trigésimo ano do reinado de Teodósio, propagou-se a heresia que negava a ressurreição dos mortos. Entristecido ao ver a fé atacada de tal forma por ímpios, o cristianíssimo imperador Teodósio vestiu um cilício e retirou-se para um local isolado onde chorava todos os dias. Vendo isso, Deus misericordioso para [...] confirmar a esperança na ressurreição dos mortos e abrir os tesouros de sua benevolência, ressuscitou os referidos mártires. (VARAZZE, 2003, p. 577)

Na descrição de Jacopo de Varazze, a heresia da negação da ressurreição da carne é o que motiva o despertar dos mancebos adormecidos: é, portanto, uma lição contra os descrentes, aproveitada na narrativa do bispo de Gênova. Em “*Os sete dormentes*”, de Herculano, nada disso se menciona: pelo contrário, o relato é breve, pois, ao sol invadir a caverna, os jovens acordam. Em outras palavras: há algo mais prático no texto oitocentista. Por

fim, há a descrição da descoberta, na produção veiculada em *O Panorama*:

Dirigiu-se [o mancebo] a um padeiro, este ficou cheio de assombro ao ver-lhe o traje singular e ao ouvir-lhe a linguagem antiquada, assombro que aumentou quando Jâmblico lhe deu para pagar o pão uma medalha com efígie de Décio, como se fosse moeda corrente do império. Jâmblico tornou-se então suspeito de ter achado algum tesouro enterrado e, por isso, foi levado à presença do juiz. Pelos interrogatórios e depoimentos descobriu-se finalmente com admiração geral o modo por que Jâmblico e os seus companheiros tinham escapado havia quase duzentos anos à fúria do tirano Décio. O bispo de Éfeso, o clero, os magistrados, o povo, e até o imperador Teodósio, foram visitar a caverna dos sete dormentes, que depois de relatarem a sua história expiraram imediatamente. (HERCULANO, 1843, p. 103)

Transcrevemos, aqui, mais um trecho de “*Os sete dormentes*” para verificar como tudo é descrito com sobriedade, numa linguagem técnica: há o justo estranhamento, pela indumentária e pela linguagem, na relação entre o mancebo e o padeiro. Entretanto, a desconfiança fica evidente quando Jâmblico tenta pagar os pães com uma moeda antiga. É levado para ser interrogado pelas autoridades, então. Todavia, não há discurso direto dos diálogos do interrogatório, mas uma breve descrição que, dessa forma, se chegou à notícia do milagre, de forma que, do povo ao imperador, do bispo aos magistrados, todos acorreram à caverna e, após o relato dos adormecidos, os mancebos morreram.

Toda essa narrativa é muito semelhante à de Jacopo de Varazze, no entanto a forma do bispo descrever é muito mais elaborada, do ponto de vista literário: há as descrições do sentimento de pavor do jovem, que temia ser descoberto. Ele é, então, levado com uma corda ao pescoço ao juiz de Éfeso. Por fim, o diálogo do interrogatório é todo descrito em discurso direto no texto hagiográfico (VARAZZE, 2003, p. 578). Em suma: “*Os sete dormentes*”, de Herculano, possui uma elaboração estética muito concisa, enxuta e técnica, sem grandes descrições ficcionais de ambientes ou referências a sentimentos humanos e, como vimos, sem a elaboração das falas das personagens em discurso direto, o que exige um labor literário refinado. O texto se aproxima muito mais de uma linguagem informativa e jornalística do que da elaboração ficcional dos romances históricos, os quais, como bem sintetiza Maria de Fátima Marinho (1999), constituem “[...] um *gênero híbrido*, na medida em que é próprio da sua essência a conjugação da ficcionalidade inerente ao romance, e de uma certa *verdade*, apanágio do

discurso da História” (p. 12, grifos da autora). Em outras palavras: a narrativa histórica deve ser um texto literário que ficcionaliza o passado, com referenciais históricos. Grosso modo, “*Os sete dormentes*” não está ficcionalizando a História, mas relatando, em linguagem técnica, o teor de uma legenda hagiográfica com o intuito informativo.

Ademais, o texto destoa completamente das outras ficções históricas de Herculano por não abordar as origens ou os momentos-chave da História de Portugal (ou da Península Ibérica, quando nem o reino lusitano existia). Por fim, o texto fora veiculado em *O Panorama*, que também publicava textos literários em folhetins, porém, não é o caso de “*Os sete dormentes*”: a sua composição é nitidamente uma das curiosidades úteis que recheavam o semanário.

Por fim, no último parágrafo do texto de Herculano, há a seguinte informação, que vale a nossa atenção:

Mahomet provavelmente ouviu contar esta lenda, que devia ser vulgar na Síria já no sexto século e, assim, introduziu-a no Corão como uma revelação divina. — A história é, portanto, conhecida não só entre os cristãos da Europa, mas também entre as nações da África e da Ásia que seguem a religião maometana. (HERCULANO, 1843, p. 103)

Novamente, uma última informação, num derradeiro parágrafo, encerra “*Os sete dormentes*”: a narrativa da lenda — termo empregado no texto de Herculano — está também coligida no *Alcorão* — na Sura da Caverna (18,9-26). Segundo o relato publicado em *O Panorama*, afirma-se, brevemente, que Muhammad (c. 570-632) deve ter conhecido a história na Síria e a acrescentou no livro sagrado como uma revelação divina: em nota de rodapé, no *Alcorão* (p. 463), explica-se que não se sabe muito sobre quem seriam os adormecidos, nem quando nem onde se refugiaram de uma grande repressão. Porém, fica patente que a tentativa da nota é de interpretá-la como uma das perseguições sofridas pelo povo hebreu — de Antíoco IV, Epífano (175 a.C. — 164 a.C) ou do imperador romano Adriano (117-138). Outra divergência seria o tempo de sono, segundo o *Alcorão*: “E eles permaneceram, em sua Caverna, trezentos anos, e acrescentaram-se nove” (18, 25). Também segundo a nota do livro, a contagem se refere aos 300 anos solares e à sua equivalência em 309 anos lunares.

Tudo isso nos ajuda, ainda mais, a verificar como “*Os sete dormentes*” foi meticulosamente elaborado, embora breve e simples, para informar ao leitor de *O Panorama* uma curiosidade: de como uma legenda figura tanto nos santorais e martiriológios católicos quanto no *Alcorão* dos muçulmanos, obviamente, sob versões diferentes. Portanto, esse texto de

Herculano nada tem a ver com a lógica interna da coletânea *Lendas e narrativa*, na qual Vitorino Nemésio inseriu-o como apêndice, provavelmente, por tratar de uma lenda.

CONCLUSÃO

Alexandre Herculano se preocupou, ao redigir as suas ficções históricas, com a formação de seus leitores: grosso modo, queria que, pela literatura, as pessoas tivessem acesso às informações históricas, a fim de refletirem sobre os momentos-chave do passado português. Dito de outra forma: para o autor, a produção literária não seria um mero refúgio nos castelos e sés da Idade Média, mas formas de pensar Portugal em suas crenças, origens, tradições e crises.

Para tanto, Herculano publicou folhetins, principalmente em *O Panorama*: como vimos, um semanário com ideários de instrução e enciclopedismo, que veiculava muitos “conhecimentos úteis”, nas mais diferentes áreas do saber — da História às produções literárias, das Ciências Biológicas à Arquitetura, entre outros. Em suma: *O Panorama* era a materialização dos ideários iluministas, que, grosso modo, buscavam as liberdades individuais por meio da propagação da instrução letrada.

Foi nesse semanário, também, que Herculano publicou “*Os sete dormentes*” — um texto que, em nossa averiguação, está muito mais para o jornalístico, com linguagem técnica e concisa, do que para a elaboração literária, mormente quando o comparamos aos outros textos ficcionais de Herculano. Quando Vitorino Nemésio, portanto, o colige, numa nova configuração de *Lendas e narrativas*, não compreendemos como a referida produção pode compor com os demais textos literários. Na realidade, ele não é melhor nem pior que os outros: ele é uma composição de outro gênero, que destoa completamente da economia interna de *Lendas e narrativas*.

Por fim, se organizarmos, por exemplo, uma edição crítica e anotada da coletânea de Herculano — o que é uma lacuna acadêmica, atualmente — não há motivos para acrescentar, em apêndice, “*Os sete dormentes*”, como uma das narrativas históricas, que o escritor português deixou no semanário, simplesmente, porque ela não foi elaborada como uma ficção histórica, mas como um texto de curiosidade, próprio de um periódico instrutivo, como *O Panorama*.

Embora Nemésio traga a lume, em tomos, muitos dos textos de Herculano que demorariam mais a aparecer, pouco se trabalhou sobre essas outras produções. Este estudo, a título de ilustração, é praticamente inédito na análise de “*Os sete dormentes*”, pois desconhecemos outros trabalhos sobre esse texto. Normalmente, são apenas rápidas menções de sua existência e

data de publicação.

REFERÊNCIAS

- FRANCO JÚNIOR, Hilário. Apresentação. In: VARAZZE, Jacopo de. *Legenda áurea: vidas de santos*. Trad. de Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 11-25.
- HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. Lisboa: Bertrand, 19--.
- HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. Alfragide: Leya, 2010. v. 1 e 2.
- HERCULANO, Alexandre. Os Sete Dormentes. *O Panorama*, Lisboa, n. 66, série II, v. 2, 1. de abril de 1843, p. 102-3, 1843.
- HERCULANO, Alexandre; AMORA, Antônio Soares (dir.). *Obra — Poesia. Teatro. Ficção*. São Paulo: Saraiva, 1959.
- HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, Liberais e Democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru (SP): EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 341-359.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: Psicanálise mítica do destino português*. Rio de Janeiro, Tinta-da-China, 2016.
- MARINHO, Maria de Fátima. A falsa ingenuidade de Herculano. In: MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (coord.). *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, p. 165-176.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MENDES, Eduardo Soczek. A narrativa de uma lenda em meio às *Lendas e narrativas*: quando Alexandre Herculano revisita a medieval “A Dama Pé-de-cabra” no contexto oitocentista português. *REVELL — Revista de Estudos Literários da UEMS*, Campo Grande, v. 3, n. 26, p. 365-391, 2020.
- MORETTI, Franco. *O burguês: entre a história e a literatura*. Trad. de Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- NEMÉSIO, Vitorino. Prefácio. In: HERCULANO, Alexandre. Alexandre Herculano: *Obras Completas: Lendas e narrativas*. Lisboa: Livraria

Bertrand, 1970. t. 1, p. vii-xxi.

SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e Silva. *O Panorama (1837-1844): Jornalismo e Ilustração em Portugal na primeira metade de oitocentos*. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

TRADUÇÃO do sentido do *Nobre Alcorão* para a Língua Portuguesa. Trad. de Helmi Nasr. Al-Madinah: Complexo do Rei Fahd, 2012.

VARAZZE, Jacopo de. *Legenda áurea: vidas de santos*. Trad. de Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Recebido em 10 de março de 2025

Aprovado em 10 de outubro de 2025